

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NAS INFRAESTRUTURAS DA TEJO ATLÂNTICO, POR LOTES

TA_23_187_CI_S_014_DOP

PROGRAMA DO CONCURSO

Lote I – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolas/S. João da Talha, Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril

(municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cascais e Oeiras)

Lote II – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos, Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres Vedras

(municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras)

JANEIRO 2024

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e nos seus Anexos I a III que dele fazem parte integrante.
2. A Aquisição de Serviços será constituída por 2 (*dois*) lotes, sendo admitidas propostas para qualquer um deles ou para ambos os lotes, sendo que, neste último caso, as propostas terão que ser submetidas, separadamente, por lote:
 - a) Lote I – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes (e desmatção?) nos Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolos/S. João da Talha, Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril (municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cascais e Oeiras);
 - b) Lote II - Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos, Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres Vedras (municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras).

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita em Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514387130, com o endereço eletrónico geral.adta@adp.pt, telefone: +351 213 107 900 e fax +351 213 107 901.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pelo Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 28 de dezembro de 2023, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Visita às Instalações Objeto de Procedimento

- I. Durante o prazo para apresentação das propostas, a Tejo Atlântico facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente procedimento e nela realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
2. A visita aos locais deverá ser solicitada, nos primeiros 15 (*quinze*) dias após publicação do anúncio, via plataforma eletrónica, procedendo posteriormente a Tejo Atlântico, ao agendamento da visita.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, conforme o modelo que constitui o **Anexo I** ao presente Programa do Concurso, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento;
 - I.2. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - I.2.1. Proposta de preço global, por lote, em conformidade com o modelo que constitui o **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - I.2.2. Lista de Preços, por lote, em formato pdf e excel, devidamente preenchida, em conformidade com os modelos apresentados nos **Anexos III e IV** ao presente Programa do Concurso, devendo os preços ser apresentados a duas casas decimais;

- I.2.3. Nota justificativa com detalhe do preço apresentado na Lista de Preços Unitários da “mão de obra” por ano, nomeadamente, os valores anuais para cada um dos Elementos da equipa permanente (Encarregados e Jardineiros);
- I.2.4. Lista de Infraestruturas e Intervenções, por lote;
- I.2.5. Lista de meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços, por lote;
- I.2.6. Lista de meios humanos a afetar à Aquisição de Serviços, por lote. Esta deve ser nominal para o Responsável Técnico e para o Encarregado; devendo ser apresentados os respetivos *Curriculum vitae* (nota: este ponto será objeto de avaliação). Deverá ser comprovado, para o Responsável Técnico e para o Encarregado a afetar à Aquisição de Serviços, o vínculo profissional ao Cocontratante, e ou a outras entidades que evidencie os anos de experiência destes meios humanos;
- I.2.7. Memória descritiva onde se refira o modo de organização da Equipa, por lote, bem como a metodologia proposta para a execução dos diversos trabalhos, nos diferentes locais, a executar nos contratos;
- I.2.8. Local de deposição dos resíduos devidamente legalizado, por lote.
- I.3. Os seguintes documentos, contendo os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Tejo Atlântico pretende que o concorrente se vincule:
 - I.3.1. Todos os restantes elementos descritivos que o concorrente considere conveniente para o completo conhecimento da forma como a Aquisição de Serviços será desenvolvida e atingidos os objetivos e trabalhos especificados no Caderno de Encargos.
- I.4. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor.
- I.5. Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
- 2. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa do Concurso ou no Caderno de Encargos.

3. Na organização dos documentos da proposta a submeter na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, o concorrente deverá fazer corresponder os nomes dos ficheiros às alíneas correspondentes a cada um dos documentos mencionados no ponto 1 e, caso entendam juntá-los, os mencionados no ponto 2.
4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do mesmo, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum do agrupamento, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
5. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na(s) modalidade(s) jurídica(s) de Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais Nacionais sobre tais matérias em vigor, elaborada conforme modelo apresentado no **Anexo V** do presente Programa do Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma AcinGov, referida no artigo 4.º, até às 23:59h, do 32.º (*trigésimo segundo*) dia, a contar da data de envio do anúncio do procedimento para publicação em Diário da República e no JOUE, não sendo considerado o próprio dia da publicação.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma AcinGov, referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se refere os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

É de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 12.º

Fase de negociação

As propostas não serão objeto de negociação nem haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 13.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

- I. A adjudicação, para cada um dos 2 (*dois*) lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, com um conjunto densificado de fatores, de acordo com a metodologia de avaliação de propostas abaixo descrita, conforme previsto na alínea a) do n.º I do art.º 74.º do CCP.

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Preço Global da Aquisição de Serviços	70%
2. Qualidade Técnica – Meios Humanos (responsável técnico e encarregado) Experiência da Equipa Técnica	30%

I.1 AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS”

Ao fator de avaliação Preço Global da Aquisição de Serviços será atribuída uma pontuação de valor igual ou menor que 10. A classificação, neste fator, é atribuída pela aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Pontuação Proposta } i = 10 - 6,8298773358 \times 10^{-37} \times vi^6$$

em que:

- Pontuação Proposta i: é a pontuação a atribuir ao fator Preço Global da Aquisição de Serviços, com um máximo de 10 pontos;
- Vi - é o valor da proposta i.

I.2 AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA - MEIOS HUMANOS”

Para a avaliação deste fator será analisada a informação apresentada nas propostas dos concorrentes, em resposta ao solicitado no número I.2.6 Lista de meios humanos do Artigo 7.º do Programa do Concurso.

Neste fator, serão avaliados, com base na matriz apresentada no quadro infra, os aspetos associados ao tempo de experiência da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços, com atribuição das pontuações contempladas no referido quadro.

Qualidade Técnica - Meios Humanos	Responsável Técnico evidencia experiência mínima de 5 anos	Responsável Técnico evidencia experiência superior a 6 e inferior a 10	Responsável Técnico evidencia experiência de mais de 10 anos
Encarregados evidenciam experiência mínima de 3 anos	2	4	6
Encarregados evidenciam experiência superior a 4 e inferior a 6 anos	4	6	8
Encarregados evidenciam experiência de mais de 6 anos	6	8	10

Dado que cada Lote contempla, no mínimo, 2 (*dois*) Encarregados, será considerado para efeitos de avaliação, segundo o quadro supra, o que tiver o menor tempo de experiência.

1.3 Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:

- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a melhor avaliação no Item “Preço Materiais e equipamentos por ano”, em cada lote, apresentado na Lista de Preços, por lote, conforme os **Anexos III e IV**, ambos ao presente Programa do Concurso;
- b) Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a melhor avaliação no Item “Preço mão-de-obra por ano, em cada lote, apresentado na Lista de Preços, por lote, conforme os **Anexos III e IV**, ambos ao presente Programa do Concurso;
- c) Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (*dois*) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 14.º

Adjudicação por lotes

1. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para um lote ou para todos os lotes indicados no n.º 2 do artigo 1.º do Programa do Concurso, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes indicados no n.º 2 do artigo 1.º do Programa do Concurso.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica, referida no artigo 4.º, os seguintes documentos:
 - 1.1 Os documentos de habilitação nos termos do artigo 81.º do CCP:
 - 1.1.1. Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP conforme **Anexo VI** ao presente Programa do Concurso.
 - 1.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
 - a) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - b) Certificado do registo criminal do Adjudicatário;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - 1.1.3. Documento comprovativo de que o concorrente é detentor de Certificado de Habilitação/Declaração de Autorização para o exercício da atividade, emitido pela DGAV e válido para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

- 1.1.4. Evidência do cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos, dos técnicos a afetar à Aquisição de Serviços que realizem esta atividade.
2. Sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP, o Adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:
- a) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, de acordo com o modelo do **Anexo VII** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, conforme **Anexo VIII** ao presente Programa do Concurso;
 - c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo.
3. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
- a) Os documentos de habilitação previstos no número 1.1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) O documento de habilitação previsto no ponto 1.1.3 deve ser apresentado por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare a respetiva prevalência com os originais.
5. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos no ponto 1.1.2, ou estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado, perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
6. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico, antes de expirado o prazo a prorrogar.
8. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos no ponto 1.1.2 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
10. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

Caução

1. Para a garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, decorrentes do contrato relativo a cada um dos 2 (*dois*) lotes, o Adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da adjudicação, uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual do lote adjudicado.
2. A caução referida no número 1 da presente cláusula deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante no **Anexo IX** ao presente Programa do Concurso, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexo X** e **Anexo XI**, ambos do presente Programa do Concurso.

3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 17.º

Modalidade jurídica do Agrupamento Adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 18.º

Novos serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

Artigo 19.º

Celebração do contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, à celebração do contrato.

Artigo 20.º

Dados Pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

Artigo 21.º

Legislação Aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º I.1 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

[a que se refere o n.º 1.2.1 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

F_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____[qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato para a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes – TA_23_187_CI_S_014_DOP – Lote** __ (identificar o lote), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a prestar todos os serviços que constituem o referido contrato, em conformidade com o caderno de encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço global de €..... (numericamente e por extenso), para o período contratual máximo de 3 (três) anos, a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

Data_____

Assinatura(s) _____

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III

Lista de Preços

**Lote I - Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolas/S. João da Talha,
Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril
(municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de
Monte Agraço, Cascais e Oeiras)**

(Documento autónomo)

[a que se refere o n.º 1.2.2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

ANEXO IV

Lista de Preços

**Lote II - Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos,
Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres
Vedras**

**(municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer,
Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte
Agraço e Torres Vedras)**

(Documento autónomo)

[a que se refere o n.º 1.2.2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

ANEXO V

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição de Agrupamento

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para o Concurso Público para a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes – TA_23_187_CI_S_014_DOP – Lote** _____ (identificar o lote) e nos termos do número 5 do artigo 7.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio ou agrupamento. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio ou agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou agrupamento perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico, a qualquer alteração na composição do Agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio ou ACE adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO VI

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e o n.º 1.1.1 do artigo 15.º do Programa do Concurso]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes – TA_23_187_CI_S_014_DOP – Lote __** (identificar o lote), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VII

Declaração de Compromisso de Cumprimento dos Requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º do Programa do Concurso]

[Identificação da Entidade], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Tejo Atlântico, nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com prestação de serviços à Tejo Atlântico.

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO VIII

Identificação de Outorgantes e Interlocutores para Efeitos de Comunicação

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º do Programa do Concurso]

Declara-se que, na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes – TA_23_187_CI_S_014_DOP – Lote __** (*identificar o lote*), o prestador de serviços será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (*indicar outra forma de delegação, se aplicável, ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de de xxx*).

Mais se declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

[Local], [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO IX

Modelo de Guia de Depósito Bancário

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º do Programa do Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filiar, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para o contrato com a referência **TA_23_I87_CI_S_014_DOP** para a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes” - Lote** __ (identificar o lote), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO X

Modelo de Garantia Bancária

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º do Programa do Concurso]

À [designação da entidade adjudicante] _____ [banco], com sede em _____ [morada], com capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), como adjudicatário do procedimento n.º **TA_23_187_CI_S_014_DOP** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes** - Lote ____ (identificar o lote), garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco, constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do Caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Códigos dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

Programa do Concurso

ANEXO XI

Modelo de Seguro Caução

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º do Programa do Concurso]

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_23_187_CI_S_014_DOP** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes - Lote _____ (identificar o lote)**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A. vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [adjudicatário], assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução, celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetar a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]